



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇOS SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O SUICÍDIO NA CONTEMPORANEIDADE

MARLENE ALBERGARIA

**MARIANA – MG
2018**

MARLENE ALBERGARIA

O SUICÍDIO NA CONTEMPORANEIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof.^a Me. Raquel M. Mascarenhas.
Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

**MARIANA – MG
2018**

A329s

Albergaria, Marlene .

O suicídio na contemporaneidade [manuscrito] / Marlene Albergaria. - 2018.

52f.:

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Raquel Mota Mascarenhas.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

I. Suicídio - Teses. 2. Serviço social - Teses. 3. Trabalho - Teses. 4. Capitalismo - Aspectos sociais - Teses. I. Mascarenhas, Raquel Mota. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.4

Catálogo: ficha@sisbin.ufop.br

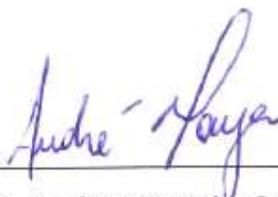
“SUICÍDIO NA CONTEMPORANEIDADE”

MARLENE ALBERGARIA

ORIENTADOR (A): Raquel Mota Mascarenhas

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

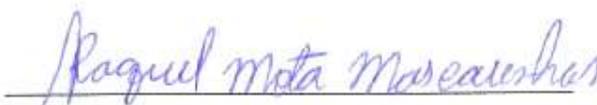
Aprovado em: 13/07/2018



Prof. Dr. André Monteiro Mayer
(Membro da banca)



Prof.ª Me. Viviane de Queiroz
(Membro da banca)



Prof.ª Me. Raquel Mota Mascarenhas
(Orientadora)

Dedico...
a Deus, pelo fôlego de vida
aos meus pais, pelo apoio e orações
a minha orientadora, pela parceria e incentivo
a mim, pela força para vencer batalhas.

AGRADECIMENTOS

“Mas a vereda dos justos é como a luz da aurora que vai brilhando mais e mais até ser dia perfeito” (PV, 4:8).

A Deus, pelo dom da vida, por me direcionar e me amparar incondicionalmente.

Aos meus pais, Antônio Albergaria e Ilda Lopes Albergaria, e toda a minha família, pelo apoio, incentivo e orações.

A UFOP e todo o corpo docente/técnico, por terem me recebido e me abarcado de forma esplêndida.

A Prof.^a Me. Raquel Mota Mascarenhas, que me orientou/incentivou com imenso empenho e dedicação, possibilitando que este trabalho viesse a se “concluir”.

Ao professor Dr. André Monteiro Mayer e a professora Me. Viviane de Queiroz, por terem aceitado o convite, compondo a banca e trazendo suas ricas contribuições.

Aos colegas da graduação, pela parceria, por toda luta e superação.

Aos amigos de estreitas caminhadas, pelo carinho, pelas orações e por todas as histórias vivenciadas.

*Um acabar seco, sem eco,
de papel rasgado
(nem sequer escrito):
assim nos deixaram antes
que pudéssemos decifrá-los,
ao menos, ao menos isso,
já não digo...amá-los.*

*Assim nos deixaram e se deixaram
ir sem confiar-nos um traço
retorcido ou reto de passagem:
pisando sem pés em chão de fumo,
rindo talvez de sua esbatida
miragem.*

*Não se feriram no próprio corpo,
mas neste em que sobrevivemos.
Em nosso peito as punhaladas
sem marca – sem sangue – até sem dor
contam que nós é que morremos
e são eles que nos mataram.*

(Meninos suicidas - Carlos Drummond de Andrade)

O SUICÍDIO NA CONTEMPORANEIDADE

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar, a partir da perspectiva teórica marxista, o suicídio dentro do modo de produção capitalista. Através de uma pesquisa exploratória, apoiada no método histórico-dialético marxista, são analisados os fundamentos da constituição do ser social, a partir da categoria trabalho, observando sua evolução e suas particularidades contemporâneas, sinalizando sua condição de ser genérico, sua relação com a natureza e o processo de degradação dessa relação. Nesse sentido, analisam-se as relações sociais capitalistas, fundamentada na geração de valor através da exploração da força de trabalho para extração de mais-valia, observando, principalmente, a partir das categorias de alienação, fetichismo e reificação. Desse modo, o entendimento central é de que o suicídio é uma expressão da luta de classes, logo, trata-se de algo inerente ao modo de produção capitalista, pois é de sua natureza produzir e reproduzir esse fenômeno. Isto é, o comportamento suicida é uma das sínteses do processo de degradação e desumanização do ser humano diante as relações sociais de exploração e opressões dessa sociabilidade, o qual se constitui como uma estratégia de fuga dos indivíduos seja do lugar social de explorado, vítima, ou explorador, carrasco.

Palavras-chaves: suicídio, ser social, trabalho, capitalismo, reificação.

THE SUICIDE IN CONTEMPORANEITY

ABSTRACT: The present work analyze, from marxist theory, suicide within capitalist production mode. Through exploratory research, based marxist historical-dialectical method, analyzed foundations and constitution the social being, starting work category, observing its evolution and contemporary particularities, signaling condition being generic, its relation with nature and process degradation this relationship. In this sense, capitalist social relations are analyzed, based generation of value through exploitation labor force to extract surplus value, observing, mainly, categories alienation, fetishism and reification. Thus, the central understanding is suicide expression of class struggle, so something inherent in capitalist mode production, its nature produce and reproduce this phenomenon. That is, suicidal behavior is one syntheses process degrading and dehumanizing human being in face social relations exploitation and oppression this sociability, which signals a strategy escape individuals from social place of exploited, victim, or exploiter, executioner.

Key words: suicide, social being, work, capitalism, reification.

LISTA DE SIGLAS

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 14 |
| 2 SER SOCIAL E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO | 18 |
| 2.1 FORMAÇÃO DO SER SOCIAL | 18 |
| 2.2 SER SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE | 28 |
| 3 O SUICÍDIO COMO FENÔMENO SOCIAL | 36 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 46 |
| REFERÊNCIAS | 50 |

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar, a partir da perspectiva teórica marxista, o *suicídio* dentro do modo de produção capitalista. Assim, busca-se refletir acerca do autoextermínio expresso no bojo da atual sociedade, na qual a geração de valor é prioridade, em detrimento do pleno desenvolvimento físico, mental e social da humanidade.

O interesse por esse tema se deu no percurso da graduação no curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Ouro Preto, diante às muitas inquietações e questionamentos a respeito do modo de produção capitalista. Tal processo despertou o interesse em pesquisar o *suicídio* inserido nas relações propriamente capitalistas, caracterizadas pelas relações de exploração, que sucumbe a classe trabalhadora ao assédio, baixos salários, ambientes insalubres, acúmulo de funções, jornada extensa de trabalho etc.; e de opressão, marcadas pela lgbtfobia, racismo, sexíssimo, etc.

Cabe sinalizar que a escolha pelo tema do *suicídio* não tem relação pessoal direta; o que se tem é o interesse por imergir nas provocações de pensar o indivíduo enquanto ser social singular concreto dentro das múltiplas determinações de sua vida cotidiana. Isso, porque o *suicídio* tem sido destaque na atualidade, alcançando grande relevância devido ao seu impacto social, sendo considerado, inclusive, uma epidemia. Porém, apesar disso, ele ainda é considerado um tabu, provocando reações diversas quando se refere ao assunto. Como, por exemplo, no decorrer dessa pesquisa, até mesmo de pessoas consideradas conceituadas intelectualmente, nos deparamos com posicionamentos que expressaram opiniões de desconforto, estranheza e, até, irrelevância diante da escolha em pesquisar tal tema.

Acerca disso, compreendemos que o *suicídio* é um assunto delicado em abordar e é compreendido como um fenômeno de causas complexas, mas salientamos que é preciso agir com destemor e trazê-lo para as discussões, destacando os fatores que agridem o sujeito e levam à pulsão de morte, fazendo com que as pessoas percam a esperança e desistam da própria vida. Dito isso, cabe explicar uma passagem do boletim 428 do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que

diz: “É hora de se enfrentar a questão do suicídio e suas causas profundas no combate político à ordem capitalista, com a retomada da luta pela afirmação dos valores do altruísmo, da generosidade e da solidariedade [...]”. (PCB, 2018).

Diante do exposto, através de uma pesquisa exploratória, pode-se observar que o *suicídio* na contemporaneidade expõe-se como um fenômeno complexo. Isso, porque as tentativas de autoextermínio e os casos que levam a óbito correspondem a um número elevado, envolvendo pessoas de todas as faixas etárias, de ambos os sexos e de localidades diversas, como se pode observar no documento “*Prevención del suicídio un imperativo global*”, primeiro relatório mundial sobre o *suicídio*, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e publicado em 2014 (ONU, 2018).

De acordo com esse documento, pode-se definir como *suicídio* toda ação que leva ao autoextermínio deliberadamente; e, como *intenção de suicídio*, toda conduta autodestrutiva proposital, como a intoxicação auto-infligida, lesão ou automutilação, ainda que a intenção de óbito não seja definida ou não resulte em óbito. Nesse sentido, a ONU afirma que existem impasses para se efetivar a avaliação de intenção suicida, pelo fato de haver ambivalência das informações ou até mesmo a ocultação dos fatos. Isto é, “Por comportamiento suicida se entiende una diversidad de comportamientos que incluyen pensar en el suicidio (o ideación suicida), planificar el suicidio, intentar el suicidio y cometer un suicidio propiamente dicho” (ONU, 2018, p. 12).

Segundo as afirmativas de Barradas (2017), a Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu relatório anual *World Health Statistics 2017*, informa que o número de *suicídios* no mundo vem aumentando, dos quais as doenças mentais e o uso de substâncias são fatores expressivos, mas as dificuldades econômicas também estão ligadas às causas suicidas, em grande proporção. Conforme Barradas (2017) ilustra:

Segundo as estimativas da OMS, suicida-se uma pessoa a cada 40 segundos e prevê-se que, a um prazo de 6 anos, os números do suicídio no mundo ultrapassem um milhão por ano. Uma tendência alarmante, justificada por diferentes fatores.

Diante a expressividade do *suicídio* em âmbito mundial, trata-se de uma temática de relevância social, considerada uma *epidemia*, conforme é ilustrado no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde brasileiro, publicado em 2017. Nesse, delimita-se que:

A tentativa de suicídio é a expressão de um processo de crise, que se desenvolve de forma gradual. Portanto, intervir precoce e adequadamente na situação, envolvendo a pessoa e seu conjunto de relações, é uma estratégia de prevenção do suicídio (MS, 2017, p.10).

Além disso, a abordagem do *suicídio*, proposto como tema de reflexão dessa pesquisa apresenta destaque em sua contribuição científica. Pois, no debate contemporâneo essas reflexões são permeadas por conceituações bastante antagônicas, que vão da culpabilização ao direito à morte assistida¹. Dentre essas se destaca o entendimento do *suicídio* como uma das consequências do adoecimento humano, cuja causas vão além do cunho físico e/ou psicológico, ou seja, admite-se sua interface com as relações sociais contemporâneas. Como afirma a OMS:

Para além das doenças mentais e da utilização abusiva de substâncias, as **dificuldades económicas estão cada vez mais ligadas às causas suicidárias**. Com as economias devastadas pela crise dos últimos anos, **as taxas de suicídios estão em forte crescimento junto de populações em extrema pobreza**, onde adultos humilhados pelas dificuldades em se sustentarem ou sustentarem as famílias, optam por acabar com a vida (BARRADAS, 2017, grifos nossos).

Sendo assim, é fundamental refletir acerca do *suicídio* considerando as bases materiais da sociedade, a fim de colaborar para a construção de subsídio para o trabalho do assistente social, visto que a análise do objeto de intervenção é um dos princípios fundamentais para uma atuação efetiva. Isso porque, esse profissional tem sido requisitado a atuar no âmbito da política de saúde, em

[...] quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. [...] Importante destacar que

¹ De acordo com os dados da Revista Bioteca, publicada em 2016, o termo “morte assistida” refere-se tanto a eutanásia como ao suicídio assistido. A eutanásia pode ser voluntária, quando há o consentimento do paciente e não voluntária, quando o paciente não tem consciência do procedimento. Sendo que, em ambas, os procedimentos são realizados pelo médico. Já o suicídio assistido, o próprio paciente executa o procedimento final. Os dados da Revista apontam que alguns países já legalizaram a morte assistida, assim como Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Estados Unidos, Washington, Montana, Vermont e Colômbia, na América do Sul. No caso do Brasil, afirma a Revista, a discussão sobre a inserção da morte assistida ainda está em pauta e vem sendo aprimorada entre médicos, filósofos, religiosos, e profissionais do direito (ANDRADE et al, 2016).

esses eixos não devem ser compreendidos de forma segmentada, mas articulados dentro de uma concepção de totalidade (CFESS, 2010, p.41).

Desse modo, entende-se que esse estudo consiste em um ponto de partida para futuras pesquisas, tendo em vista que seu objetivo geral é apresentar algumas reflexões acerca do *suicídio* inscrito no modo de produção capitalista a partir das contribuições da teoria social marxista, principalmente a partir das categorias de ser social, alienação, fetichismo e reificação.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Toda pesquisa tem como pressuposto alcançar respostas para os objetivos do trabalho, isto é, segundo Gil (2009, p.17), “pode-se definir pesquisa como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Entretanto, esse processo não ocorre de forma neutra, tendo em vista as diferentes e divergentes direções ideopolíticas no interior das ciências sociais.

Nesse bojo, essa pesquisa está apoiada no método histórico-dialético marxista, que possibilita uma compreensão da realidade a partir da descrição das determinações que compõe a aparência e a essência dos fenômenos. Assim, Netto, (2011, p. 53) nos esclarece: “O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua a relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Nesse sentido, a teoria nada mais é que o movimento do real transposto para o plano do pensamento, cujo método consiste na abstração das múltiplas determinações que fazem com que tal fenômeno, coisa, objeto, se torne real. Isto é, de acordo com Netto (2011, p. 22):

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica, por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível de realidade e, portanto, sendo algo importante e não descartável, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto.

De acordo com Netto, para realizar uma compreensão efetiva sobre o método, que na concepção de Marx é o que contém total cientificidade, se faz necessário diferir a abstração do abstrato. A abstração, segundo Netto, é uma

ferramenta indispensável para o pesquisador. “[...] A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...]” (NETTO, 2011, p. 44).

Segundo Netto, a abstração subtrai do objeto abstraído as suas determinações mais concretas, atingindo as mais simples, onde atingindo a esse grau, o objeto abstraído deixa de ser “abstrato” e torna-se “concreto” na totalidade em que foi extraído, pelo fato de estar saturado de determinações. Por isso, a realidade é concreta, por ser a condensação de diversas determinações, a unidade do diverso que é específica da totalidade. Assim, o autor argumenta:

Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukacsiana, a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído por complexos) (NETTO, 2011, p.58).

De acordo com Netto, a sociedade burguesa se trata de uma totalidade concreta, estruturada e articulada, cujo seu movimento é consequência de um caráter contraditório de todas as totalidades que constituem a totalidade. Portanto, “Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação” (NETTO, 2011, p. 57). Nesse seguimento, o autor salienta que a origem dessas contradições, seus movimentos, suas limitações e controles, dependem da estrutura de cada totalidade; não há fórmulas originárias dessa totalidade, cabe à pesquisa desvendar.

De acordo com Netto, as relações entre os processos na totalidade são de níveis e particularidades altamente complexos, cujas relações, jamais são diretas, elas são constantemente mediadas, sobretudo, pelas características e particularidades de cada estrutura. Ou seja,

Sem os *sistemas de mediações* (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *indiferenciada* – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, determinado como “unidade do diverso” (NETTO, 2011, p. 57-58).

E assim, Netto discorre que as categorias totalidade, contradição e mediação, são categorias fundantes que compõem o método histórico-dialético, através das quais, Marx desvendou a perspectiva metodológica, cujo embasamento propiciou toda sua estrutura e construção teórica. Diante o exposto, entende-se, que:

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar o objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que pesquisou. O objeto da sua pesquisa tem, insista-se, a uma essência objetiva, que independe da consciência do pesquisador (NETTO, 2011, p. 22).

A fim de lograr êxito nesse processo, para se aproximar da essência do *suicídio*, aplicou-se a pesquisa bibliográfica. Essa é definida por Gil (2006, p. 44) como aquela que “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O autor afirma que, para realizá-la, é preciso estar atento as seguintes etapas: a) escolha do tema; b) levantamento bibliográfico preliminar; c) formulação do problema; d) elaboração do plano provisório do assunto; e) busca das fontes; f) leitura do material; g) fichamento; h) organização lógica do assunto; e i) redação do texto.

Entretanto, cabe destacar que se trata de uma pesquisa exploratória, isto é, tem como finalidade “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (GIL, 2002, p. 41). Sendo assim, a seleção das fontes utilizadas expressa a busca por uma aproximação sucessiva e precisa do *suicídio*, entendendo-o como um elemento que compõe a realidade concreta tangida por particularidades na contemporaneidade e que precisa ser abstraído, em um processo de reflexão, a fim de conhecer suas determinações.

Diante a metodologia exposta, apresentamos a síntese da pesquisa desenvolvida entre outubro de 2017 e julho de 2018, que está organizada, além dessa introdução, em mais três momentos.

No primeiro, aborda-se o desenvolvimento do ser social e sua evolução histórica, isto é, percorre-se desde o salto ontológico até as particularidades do modo de produção capitalista. Para isso faz-se uso das contribuições de Karl Marx,

Friedrich Engels, Gyorgy Lukács, José Paulo Netto, Marcelo Braz, André Monteiro Mayer e Tom Bottomore.

Posteriormente, apresenta um conjunto de reflexões sobre o *suicídio* entendendo-o como fenômeno social inserido na realidade contemporânea. As referências teóricas abordadas são oriundas dos autores Sérgio Lessa, Mauro Luiz Iasi e Marcia Malcher Santos. Além desses, de forma central, faz-se uso da contribuição do teórico Karl Marx expressa nos manuscritos “Sobre o Suicídio”.

Por fim, visa-se apresentar as considerações finais dessa aproximação, cujo entendimento central se dá na compreensão do *suicídio* como uma expressão da luta de classes. Isto é, o comportamento suicida é uma das sínteses do processo de degradação e desumanização do ser humano diante as relações sociais de exploração e opressões do modo de produção capitalista que sinaliza uma estratégia de fuga dos indivíduos seja do lugar social de explorado, vítima, ou explorador, carrasco.

2 SER SOCIAL E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Esse capítulo aborda elementos em dois momentos. No primeiro, elenca-se a constituição do ser social, suas determinações e complexidades, observando o pôr teleológico, o salto ontológico e o desenvolvimento da práxis. No segundo momento, aborda-se as particularidades da relação entre o desenvolvimento do ser social e o modo de produção capitalista, ressaltando a alienação, o fetichismo e a reificação. Para isso, foram utilizadas algumas das bibliografias clássicas de autores que refletem acerca desse tema, como Karl Marx, Friedrich Engels, Gyorgy Lukács, José Paulo Netto, Marcelo Braz, André Monteiro Mayer e Tom Bottomore.

Esse percurso foi idealizado com o objetivo central em sintetizar os argumentos dos autores acerca do desenvolvimento do ser social e sua evolução, bem como a organização do trabalho dentro dos moldes de produção capitalistas. Acerca disso, no primeiro momento, sinaliza-se a condição do ser social enquanto um ser genérico e sua relação com a natureza. No segundo momento, aborda-se o processo de degradação dessa relação, bem como a sua condição enquanto trabalhador no cenário contemporâneo, processos que subtraem do ser humano toda sua condição subjetiva e vital, criando-se uma sociedade do descartável e da desumanização, condição *sine qua non* a reprodução do capital.

2.1 FORMAÇÃO DO SER SOCIAL

A categoria trabalho é determinante na constituição da espécie humana enquanto ser social. Tal entendimento é fundante da ontologia marxista, pois entende que é através do trabalho, que se realiza a produção de bens, gerando valores que determinam a riqueza social. A origem dessa afirmação, portanto, é situada na constatação de que o ser humano rompe com o padrão natural, acrescentando a si uma segunda natureza, a social.

De acordo com Karl Marx (2010), em seu texto *“Trabalho estranhado e propriedade privada”*, o ser humano é um ser genérico e vive da natureza inorgânica e orgânica. Dessa forma, a natureza extraída das plantas, pedras, ar, luz, etc., forma também parte de sua consciência, assim como parte de sua vida espiritual, vida humana e parte de suas atividades. Nesse sentido, o ser humano exerce um domínio

sobre a natureza, de forma universal, ao mesmo tempo em que ele cria uma relação de dependência com ela. Assim, a natureza é condição fundamental para a sobrevivência do ser humano, a tal ponto que se pode afirmar que ele vive somente da natureza, onde ela pode se expressar tanto em forma de alimentos, vestuário, como na habitação. Ou seja, “Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente da universalidade que ele faz da natureza inteira o seu corpo, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é um objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital” (MARX, 2010, p. 84). Assim, o ser humano vive da natureza e permanece nela num processo contínuo para a manutenção de sua sobrevivência, onde a sua vida física e mental está interligada com a natureza, podendo-se afirmar que a natureza é o corpo da humanidade e a humanidade é parte dela.

Acerca disso, Friedrich Engel, no texto “*A transformação do macaco em homem*”, publicado em 1876, baseado na teoria de Darwin, descreve sobre uma espécie de macacos antropomorfos, que há muitos anos viveu em alguma zona tropical, em árvores e formavam manadas. Esses, com as funções de subir em árvores, típicas do seu gênero de vida, tiveram suas mãos empregadas em atividades distintas das dos pés e, com isso, ao caminhar, os macacos foram desprezando as mãos, adotando uma postura ereta. Acerca disso, o autor considera que a posição ereta dos macacos haveria de ser uma regra, precedida de uma necessidade, onde as mãos se encarregavam de executar tarefas diversificadas. E assim, afirma que as habilidades e a destreza adquiridas com as mãos, tiveram avanços e foram transmitidas entre gerações impulsionadas pela intervenção desses na natureza. Isto é, nas palavras do autor: “Vemos, pois que a mão não é apenas o órgão do trabalho; é também produto dele” (ENGELS, 2018).

De acordo com Engels, através do trabalho o homem foi desenvolvendo a mão e assim, progressivamente dominando a natureza. E, pelo fato do trabalho se apresentar como uma categoria de caráter social cria-se a necessidade de atividades conjuntas, favorecendo o agrupamento. Ou seja, “[...] ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade” (ENGELS, 2018). E assim, o homem

em evolução foi gerando necessidades de comunicação e desenvolvendo, em um processo lento, órgãos que simbolizassem a emissão de um som.

A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi se transformando, lenta, mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro (ENGELS, 2018). Nesse seguimento, Engels argumenta que o trabalho e a linguagem articulada foram processos determinantes para a transformação do cérebro do macaco em cérebro humano e, juntamente com a evolução do cérebro, desenvolveram-se os órgãos dos sentidos. Onde a linguagem articulada se evoluiu vinculada ao aperfeiçoamento do órgão da audição e o cérebro se desenvolveu vinculado ao aprimoramento de todos os órgãos dos sentidos, ao passo que, a influência do trabalho e da linguagem, estimulou também o raciocínio e a capacidade de abstração, acelerando o desenvolvimento do cérebro e seus sentidos.

Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade (ENGELS, 2018).

Além disso, Engels afirma que a mudança alimentar desses antepassados gerou a necessidade da caça e da pesca, contribuindo gradualmente para a transformação, levando a humanização. Desse modo, “[...] a alimentação, cada vez mais variada, oferecia ao organismo novas e novas substâncias, com o que foram criadas as condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos” (ENGELS, 2018). E nesse momento, segundo Engels, gera a necessidade de instrumentos para realização da caça e da pesca e com a elaboração desses instrumentos, que também serviam como arma, inicia-se o trabalho. “[...] a caça e a pesca pressupõem a passagem da alimentação exclusivamente vegetal à alimentação mista, o que significa um novo passo de sua importância na transformação do macaco em homem” (ENGELS, 2018).

Devido ao consumo da carne, segundo Engels, surgiu a necessidade do fogo, seguida da domesticação dos animais, que levaram a produção e consumo do

leite e seus derivados, proporcionando um grande avanço para o homem, expandindo novos meios de domínio da natureza. E assim, com a alimentação variada, o homem também se adaptou a climas variados, surgindo novas exigências, como a habitação e vestuário. Onde o homem, desenvolvendo novas atividades e novas habilidades de trabalho, foi se afastando dos animais.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades (ENGELS, 2018).

De acordo com Engels, a caça e a pesca se vincularam à agricultura, assim como às demais atividades. Juntamente com o comércio, surgiram as artes e as ciências. E assim, as tribos formaram a nação e o Estado, surgindo o direito e a política. Nesse processo, a mão já não exercia funções predominantes, cedendo espaço ao cérebro já desenvolvido, que programava o trabalho, cujas mãos alheias eram sujeitadas a realizar. Isto é, “O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro” (ENGELS, 2018).

Nesse seguimento, Engels discorre que os animais, através das atividades, também transformam a natureza, porém, em uma esfera inferior ao homem e, nesse processo, ambos se transformam. “Nada ocorre na natureza em forma isolada. Cada fenômeno afeta a outro, e é por seu turno influenciado por este [...]” (ENGELS, 1976). Portanto, “[...] em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 2018).

Acerca disso, Gyorgy Lukács, no livro “*Para uma Ontologia do Ser Social II*”, publicado em 1986, afirma que é a partir da análise da categoria trabalho que se explicam, em termos ontológicos, as categorias específicas do ser social, suas determinações e desenvolvimento. Entendendo que o ser social já surge de um complexo e que em qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus pormenores, existem complexidades. Ainda que se tenha uma visão pouco ampla de ser social é possível entender a complexidade em que se encontram as categorias centrais, como trabalho, a linguagem, a cooperação, a divisão do trabalho. E

nenhuma dessas categorias pode ser analisada e compreendida, de forma legível, se for considerada isoladamente.

É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata (LUKÁCS, 2013, p. 41).

De acordo com Lukács, as tendências da evolução das variadas espécies de ser, cujas pesquisas e ciência revelam, podem proporcionar contribuições bastante metodológicas. Ele afirma que o trabalho é a categoria fundante, porque é capaz de produzir o novo incessantemente e é a única categoria, como natureza ontológica e de forma fundamental, que faz a mediação entre homem, sociedade e natureza, tanto inorgânica, como orgânica. No trabalho estão depositadas todas as determinações, no claro caráter de transição, que constituem as essências do ser social. “[...] Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Acerca disso, José Paulo Netto e Marcelo Braz, no livro “*Economia Política: uma introdução a crítica*”, publicado em 2009, explicita que o ser humano transforma a natureza, utilizando instrumentos, que geram produtos para atender suas necessidades. Isto é, o trabalho requer instrumentos para a sua atuação, pois ele não se concretiza com a atividade imediata, é preciso habilidades e conhecimentos para transformar a natureza, visto que “[...] a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha” (NETTO; BRAZ, 2009, p.32).

Em relação ao trabalho, Lukács afirma que esse se realiza, na esfera do ser material, um pôr teleológico, surgindo uma nova objetividade. E assim, o trabalho se converte no modelo de toda práxis social e dele se origina o processo voltado diretamente para a transformação da natureza, sempre realizando pores teleológicos, ainda que através de mediações bastante complexas. Toda atividade realizada pelo homem caracteriza-se um pôr teleológico, uma atividade objetivada e orientada por um fim.

[...] O fato simples que no trabalho realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os

discursos cotidianos até a economia e filosofia, desse fato elementar. (LUKÁCS, 2013, p. 47)

Nesse sentido, Lukács afirma que o trabalho é a única categoria que possibilita demonstrar ontologicamente um pôr teleológico e sem essa possibilidade de preceder de um pôr, cujo processo é determinado em todas as etapas, o trabalho, em todas as suas dimensões, seria impossível de realizar. No entanto, Lukács afirma que a teleologia é limitada ao trabalho e à práxis humana, cuja elevação do nível do ser social se constitui, em especificidade, a partir do grau que se baseia a sua existência, o da vida orgânica, se tornando um ser dotado de autonomia, porque há nele a ação de pores teleológicos. Isto é, “Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 52).

E assim, Lukács discorre que no trabalho, cujo pôr teleológico é precedido, a projeção idealizada alcança a realização do material, onde pôr pensando de um fim age sobre realidade, ocasionando a transformação da realidade material e incorporando na realidade algo de material, onde o choque com a natureza representa algo novo. Ou seja, “[...] Separar os dois atos, isto é, o pôr dos fins e a investigação dos meios, é da máxima importância para compreender o processo de trabalho, especialmente quanto ao seu significado na ontologia do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 53). Nesse sentido, se destaca a ligação das categorias, causalidade e ontologia, cuja relação é indissociável, porém, quando analisadas de forma abstrata, aparentam-se excluir de forma mútua.

No entanto, o pôr do fim e a investigação dos meios nada podem produzir de novo enquanto a realidade natural permanecer o que é em si mesma, um sistema de complexos cuja legalidade continua a operar com total indiferença no que diz respeito a todas as aspirações e idéias do homem. (LUKÁCS, 2013, p. 54)

Nesse sentido, concordam Netto e Braz, que a efetivação do trabalho demanda uma idealização antecipada do sujeito, onde a atividade desempenhada requer uma intenção prévia, objetivando a partir da transformação da natureza. Nesse sentido, o trabalho denomina-se também como atividade teleológica, onde se efetiva através de uma projeção, um objetivo ou propósito, por isso [...] “é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou

seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 32). Vale destacar que nessa realização do trabalho, o sujeito se objetiva, se diferenciando do mundo natural, pois os animais não projetam antes da realização. Acerca disso, de acordo com Netto e Braz (2009, p. 33):

Ora, tudo isso requer um sistema de comunicação que não deriva de códigos genéticos, uma vez que se relaciona a fenômenos que não se configuram como processos naturais, mas a fenômenos surgidos no âmbito do ser que trabalha, por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (a linguagem articulada) que, além de aprendida, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca.

Conforme Lukács afirma, da mesma forma em que o trabalho foi o pivô do salto do ser natural para o social, assim também ocorreu com a linguagem, se consumando em um processo lento nas duas situações. Onde o direcionamento que leva a essa transformação se dá através do pôr teleológico e pela realização prática, portanto, “[...] a questão central da transformação interna do homem consiste em chegar a um domínio consciente sobre si mesmo” (LUKÁCS, 2013, p. 129). Assim, não só o fim existe na consciência, mas também a sustentação do trabalho que se eleva a cada movimento. Se o homem deseja obter um resultado definido do seu trabalho, ele deve traçar antecipadamente cada um dos seus movimentos, objetivando observar, de forma continuada e consciente, a execução do seu plano.

Esse domínio da consciência do homem sobre seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz em si mesmo, uma vez exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho (LUKÁCS, 2013, p. 129).

Assim, segundo Lukács, nasce a nova formação da consciência humana, ontologicamente relacionada. Dessa forma, ocorre o distanciamento da barreira natural causado pelo trabalho, desempenhando uma nova atividade da consciência, portando pores teleológicos da práxis humana. Entretanto, ocorre um afastamento contínuo da barreira natural, porém, não a sua extinção completa, onde o ser humano, elemento ativo da sociedade e agente de todas as suas modificações, continua, em sentido biológico, ainda que haja mudanças de função no plano teleológico. Assim, “Todas as possibilidades de prolongar esse processo, por exemplo, através da aplicação de conhecimentos etc. não podem alterar em nada

essa vinculação ontológica em última instância da consciência como processo vital do corpo” (LUKÁCS, 2013, p. 130).

Nesse seguimento, Netto e Braz esclarecem que o trabalho não se manifesta, tampouco, se desenvolve como atividade isolada entre os sujeitos, ele se realiza sempre como atividade coletiva. Onde o sujeito jamais será isolado, ele sempre se une a um grupo de outros sujeitos. Essa união requer conhecimentos e habilidades que levam a outros sujeitos a se organizarem para a realização das atividades. É nesse caráter coletivo do trabalho, onde o sujeito se relacionando com o outro e vivendo em sociedade, que ele se torna um ser social, diferenciado do ser natural. Portanto, através do trabalho, o sujeito modifica a natureza e se modifica também. E assim, mediante a execução de atividades para garantir sua sobrevivência, é “[...] através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos, numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico)” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 34).

Além disso, os autores apontam que o trabalho é uma atividade realizada exclusivamente por seres humanos que compõem uma sociedade, onde transformando a natureza para a satisfação de suas próprias necessidades, ele também se transforma, criando a riqueza social. Cujo processo vai para além da relação sociedade e natureza, tratando-se de um processo histórico, que caracteriza o surgimento do ser social. Isso porque, “[...] foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou, se quiser: o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 37).

A natureza, portanto, existe independente da intervenção da espécie humana, porém, o ser humano depende da natureza para continuar existindo. Afinal, é da natureza que se extrai as condições de sobrevivência dos integrantes da sociedade, visto que, “Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia é a modalidade da relação da sociedade com a natureza” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 35). Portanto,

[...] foi mediante o trabalho que membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os

distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produzem-se a si mesmos (isto é, se autoproduzem como resultado de sua própria atividade), tornando-se para além de seres naturais - seres sociais. Numa palavra, este é o processo da história: o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se espécie humana - assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através de sua auto-atividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 37).

Isso nos permite entender que o desenvolvimento do ser social refere-se ao processo de humanização dos seres humanos, sendo que o ser humano é a natureza historicamente transformada, onde, através do trabalho, se efetiva a humanidade, composta por um aglomerado de seres, em interação contínua.

No entanto, a fundação do ser social vai além da sua diferenciação do mundo natural através do trabalho. Acerca disso, Netto e Braz afirmam que a constituição do ser social se dá através do trabalho, porém, o sujeito se desenvolve e se objetiva através de demais categorias que incorporam para além da realização ligada ao trabalho, assim como a ciência, a filosofia, a arte, dentre outras. Essas categorias formam um conjunto de objetivações humanas, tendo o trabalho como categoria central. Nesse sentido, tais objetivações, próprias do sujeito, configuram-se na práxis. Isto é,

Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente: a categoria de **práxis**. A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas (NETTO; BRAZ, 2009, p. 43).

De acordo com Netto e Braz, o ser humano, portanto, dentro da atividade da práxis, caracteriza-se como ser criativo e autoprodutivo. Logo a sociedade não é apenas um acúmulo de seres que a constitui, ela é indissociável de seus membros, interagindo em todo o tempo. Assim, o que se denomina “sociedade” são os modos de existir do ser social, que é fundado a partir da sua base material, ao mesmo tempo em que essa se reflete no ser social.

Acerca disso, Engels (2018) afirma que todo modo de produção existente resulta do trabalho e com os avanços, o ser humano passou a dominar a natureza cada vez mais e controlar as atividades de produção, criando uma relação de

dependência com a natureza, diferente dos animais, pois essa relação é sempre com a finalidade de modificá-la.

[...] só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e obriga a servi-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre os homens e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (ENGELS, 2018).

Diante a essa compreensão, a história do ser social se complexifica a partir do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das diferentes relações sociais que se originam imersas em uma relação de causalidade e casualidade. Assim, tem-se o período primitivo de consolidação do ser social, no qual os primeiros grupos humanos surgiram na terra por volta de 40 mil anos, sendo esses determinados como comunidade primitiva. As características predominantes a essa organização social eram: a caça, a pesca e a coleta, cujos produtos eram partilhados entre a comunidade e não havia propriedade privada de nenhum bem; os abrigos rudimentares e o nomadismo (NETTO; BRAZ, 2009).

Com o desenvolvimento das atividades, a produção desses humanos passou a exceder às necessidades imediatas da comunidade, surgindo o *excedente econômico*, que, por volta de três mil anos antes de Cristo, possibilitou a emergência do modo de produção escravista, que perdurou até o fim do Império romano. Nesse, a sociedade se dividia em dois polos: numa menor parte, os detentores de terra e escravos, e, na maioria, os despossuídos, escravizados, que não dispunham nem da própria vida. Entre os dois polos, havia outra parte de homens livres, que serviam aos proprietários a partir das funções administrativo-burocráticas, como a coleta de impostos, etc.

O escravismo, apesar das barbáries, significou um avanço na história da humanidade, no que tange a um avanço no desenvolvimento das forças produtivas, o aumento do comércio entre diferentes comunidades, o desenvolvimento das primeiras formas de poder político, que darão origem, posteriormente, ao Estado Moderno – embora essa tenha se dado a partir da incorporação da *propriedade privada* dos meios fundamentais de produção, vinculada à exploração do homem sobre o homem (NETTO; BRAZ, 2009).

Sucedendo ao escravismo, tem-se a sociedade feudal, fundada também na exploração entre os seres humanos, em que os senhores feudais, proprietários de grandes porções de terra, juntamente com o clero exercia domínio social, inclusive em relação aos servos, produtores que trabalhavam nas terras senhoris. A condição servil se distinguia da condição dos escravos, ainda que explorados, os servos e o senhor feudal constituíam compromissos mútuos, onde a prestação de serviço e a proteção pessoal também eram estabelecidas. Apesar disso, no regime feudal os servos tinham a sua produção expropriada, mediante a violência dos senhores feudais que geriam as leis do feudo, que vigorou até o último terço do segundo milênio da era cristã, sendo superado pelo modo de produção capitalista (NETTO; BRAZ, 2009).

Acerca dessas transformações sociais, cabe destacar que, distante de tratar-se de uma substituição simplista, a ascensão e decadência desses expressam diferentes modos de produção da vida em sociedade, consequência, por exemplo, do excedente econômico, da divisão social do trabalho e da propriedade privada, que impactam diretamente nas condições de sobrevivência dos seres humano na contemporaneidade, como veremos a seguir.

2.2 SER SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

O ser humano, como afirma Marx (2010), por ser, também, parte da natureza, está em uma relação de dependência com essa. Entretanto, ao mesmo tempo, passa a dominá-la, uma vez que, através do salto ontológico pelo trabalho, modifica-a e modifica a si mesmo. A natureza oferece, portanto, os meios e os objetos de trabalho, através dos quais a humanidade produz tudo aquilo que precisa para viver.

Essa simbiose, característica do desenvolvimento da relação histórica entre humanidade e natureza, se mistifica a partir do processo de estranhamento, ou seja, na alienação do trabalho. Assim, o trabalho estranhado estranha do homem a natureza, assim como estranha o homem de si mesmo e de sua atividade vital, entranha do ser humano o gênero humano. Assim, o trabalho, como uma atividade vital se manifesta unicamente como um meio de sobrevivência, somente como um meio para a manutenção da existência física e individual, ou seja, a vida genérica se

expressa somente como meio de vida. Assim, Marx (2010, p. 85), afirma: “O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência”. Isto é,

[...] primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que o mundo exterior sensível cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a substância física do trabalhador (MARX, 2010, p. 81).

Esse processo é antecedido por três grandes transformações sociais, a divisão social do trabalho, o excedente econômico e a propriedade privada. Sabe-se, segundo Netto e Braz (2009), que a **divisão social do trabalho**, sendo a divisão sexual a primeira forma de repartição, é iniciada na comunidade primitiva, seguida da divisão do artesanato e as atividades agrícolas. Ou seja: “[...] num processo que, muito mais tarde, desembocaria na divisão entre cidade e campo e na grande clivagem entre atividades manuais e atividades intelectuais” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 59).

Nesse sentido, amplia-se a capacidade produtiva da sociedade, ocasionando o **excedente econômico**, que ultrapassa o limite de consumo das comunidades, possibilitando a troca. O excedente econômico, também possui relação direta com o desenvolvimento das forças produtivas - meios de trabalho, objetos de trabalho e força de trabalho – gerando a emergência sucessiva de novos modos de produção, o escravocrata, sucedida pelo feudal e, em seguida, pelo capitalismo.

Vale ressaltar que as forças produtivas atuam dentro de estabelecidas relações entre os próprios humanos e entre esses e a natureza, isto é, “[...] as forças produtivas inserem-se em relações de caráter técnico e relações de caráter social, estreitamente vinculadas e que constituem as relações de produção” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 59) Essas, diante a divisão social do trabalho e o excedente econômico, passam a ser organizadas através da **propriedade privada** dos meios de produção. Ou seja,

Nas sociedades onde existe propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a situação dos membros da sociedade depende da sua posição diante desses meios; a propriedade privada dos meios de produção

fundamentais divide-se em dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção fundamentais - em síntese, na propriedade privada está a raiz das classes sociais (NETTO; BRAZ, 2009 p. 60).

Desse modo, a divisão social do trabalho, o excedente econômico e a propriedade privada, são elementos que possibilitam um conjunto de transformações na sociedade, alterando a relação do ser humano com a natureza. Acerca disso, Marx discorre que essas mudanças tornam o produto do trabalho alheio ao trabalhador, em que tanto o produto de seu trabalho como a sua força de trabalho pertencem a outro ser humano. Assim, ele se relaciona com o produto de seu trabalho de forma estranhada, hostilizada. Isto é, "Se ele se relaciona com a sua própria atividade como com uma atividade não livre, então ele se relaciona com ela como um atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o julgo de um outro homem" (MARX, 2010, p. 87).

Nesse sentido, o autor afirma que quanto mais objetos o trabalhador produz, mais estranhos esses se apresentam para ele e menos ele pode se apropriar dele. Portanto, "[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio (MARX, 2010, p. 81). Isto é, através do trabalho estranhado, exteriorizado, o trabalhador não se identifica no produto que produz, ele projeta uma relação estranhada ao trabalho e com o seu semelhante, ou seja: "Tal como estranha de si mesmo a própria atividade, ele apropria para o estranho (*Fremde*) a atividade não própria dele" (MARX, 2010, p. 87).

Marx, desse modo, afirma que o estranhamento subtrai o trabalhador de sua condição humana, promovendo a desvinculação dele com o seu produto, logo,

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo. [...] a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2010, p. 87-89).

É no bojo do estranhamento que a mercadoria emerge como produção central do modo de produção capitalista. De acordo com Netto e Braz, para produzir mercadoria é necessário a divisão social do trabalho, vinculado à propriedade

privada dos meios de produção. Quando a produção é coletiva, ainda que exista a divisão social do trabalho, a produção pertencente a um grupo coletivo, assim, não se efetiva a compra e a venda do produto. Nas palavras dos autores: “[...] a produção de mercadorias tem como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, sem ambas, produzem-se bens, valores de uso, mas não há produção mercantil (produção de mercadorias) (NETTO; BRAZ, 2009, p. 80). Nesse sentido, a produção mercantil é fruto tardio de constituição da sociedade humana, sendo que começa a se apresentar a partir da desintegração do primitivismo, perpassando pelo escravismo e feudalismo, mas em nenhuma dessas sociedades se efetivou modos de produção de mercadorias. A rigor, portanto, somente o modo de produção capitalista configura-se como modo de produção de mercadorias.

Diante o exposto, os autores afirmam que o modo de produção simples, característico dos modos de produção anteriores ao capitalismo, não se configurava como um regime de exploração dos trabalhadores, pois “[...] esse tipo de produção destinava-se basicamente a um mercado restrito, quase sempre de âmbito local, no qual os produtores conheciam as necessidades dos compradores” (NETTO; BRAZ, 2009, p.81). De acordo os autores, a partir do século XIII, o comércio se amplia e “Já no século XIII a produção mercantil simples se viu deslocada pela produção mercantil capitalista” (NETTO; BRAZ, 2019, p. 83). Sendo que, o fundamental dessa mudança é que o capitalista se apropria da produção alheia e, através da compra da força de trabalho, ele produz mercadorias, advindas do trabalho assalariado e da exploração. Ou seja, “Os ganhos do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provém da circulação: sua origem está na exploração do trabalho – reside no interior do processo de produção de mercadorias, que é controlado pelo capitalista” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 83).

Assim, no modo de produção capitalista, o capitalista é detentor da propriedade, enquanto o trabalhador se dispõe unicamente da sua força de trabalho, como uma mercadoria passiva de compra e venda. Nessa relação, o capitalista compra essa força de trabalho e se apropria do valor gerado por ela durante a produção, a mais-valia. Ou seja, a produção mercantil capitalista se configura na produção de mercadorias, advindas mediante ao trabalho assalariado, explorado.

Assim, Netto e Braz (2009, p. 85) afirmam: “[...] no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletariado o trabalho”.

Nesse sentido, os autores salientam que nas sociedades onde o modo de produção capitalista domina, quanto mais ele se desenvolve, mais se apresenta a lógica mercantil, onde a força de trabalho se torna uma mercadoria, mercantilizando também as relações sociais. Tudo fica passível de compra e venda. Ou seja: “O modo de produção capitalista universaliza a relação mercantil. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como modo de produção de mercadorias” (NETTO; BRAZ, 2009, p.85).

Essa generalização da mercadoria traz consequências para a sociabilidade, aprofundando as consequências do processo de estranhamento das objetivações do ser humano fruto da **alienação** do trabalho, ou seja,

Basicamente, a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a *divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais*, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem* (NETTO; BRAZ, 2009, p. 44-45).

Sobre isso, Tom Bottomore, em sua obra, “*Dicionário do pensamento marxista*”, publicado em 2001, afirma que a alienação, no conceito dado por Max, é o efeito de um grupo ou uma sociedade se manterem estranhos a sua própria produção. Nesse sentido, o ser humano alienado se estranha diante de sua própria natureza e suas próprias possibilidades, refletindo também nas relações com os seus semelhantes. Ou seja:

[...] aliena os produtos de sua atividade econômica na forma da mercadoria, do dinheiro, do capital; e aliena produtos de sua atividade social na forma do Estado e do direito, das instituições sociais. [...] Todos esses tipos de alienação são, em última análise, a mesma coisa: são aspectos diferentes, ou formas, da alienação do homem, formas diferentes da alienação que se produz entre o homem e a sua “essência” ou na natureza humana entre o homem e sua humanidade. (BOTTOMORE, 2001, p. 6-7).

Assim, no modo de produção capitalista, além do não reconhecimento da objetivação do trabalho, tem-se o seu produto transformado em mercadoria, que exerce controle sobre a humanidade, como força que lhe é superior. Logo, as objetivações deixam de expressar a humanização da espécie humana, culminando

no **fetichismo** da mercadoria, “Numa palavra: entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 44-45).

Acerca disso, Bottomore afirma que Marx coloca que o fetichismo como uma característica de estruturas sociais da sociedade capitalista, onde a relação entre as pessoas tomam dimensões de relações entre coisas, obtendo uma objetividade com aparência fantasmática e uma autonomia com um aspecto tão prudente, que oculta todos os traços de sua natureza essencial, que é a relação entre seres humanos. Para o autor, portanto, Marx conclui que a reificação se dá pela prática de transformar as relações humanas em propriedades, isto é, as coisas produzidas são projetadas como se fossem autônomas desde sua origem, passando a dirigir a vida do ser humano.

Nesse sentido, tem-se que a **reificação** consiste na ampliação do fetichismo para além da mercadoria, trata de uma característica que está presente em todos os espaços de sociabilidade humana. Acerca disso, André Monteiro Mayer, em seu artigo “A *“reificação” na contemporaneidade – esboço introdutório de uma apreciação crítica*”, ratifica que:

Os sujeitos passam a se orientar através da incorporação desta representação que eles fazem deste processo de produção de mercadorias na ordem do capital. Suas relações passam a ser relações coisificadas (reificadas), pois esta é a forma de sociabilidade imposta (conquistada) pelo sistema do capital (MAYER, 2005, p. 114).

Dessa forma, o autor afirma que mediante ao desenvolvimento da sociedade burguesa, o fetichismo da mercadoria toma impulso, levando a reificação das relações sociais. Ou seja, a produção de mercadorias toma fôlego, mercantilizando todas as esferas da sociabilidade, ao mesmo tempo em que se fragilizam as relações sociais, efetivando o “falecimento” da humanidade. Isto é, para o autor,

[...] o processo de produção material da vida, no sistema em questão, da mercadoria e seu fetiche, condiciona a relação determinante que os homens vão estabelecer quando trocam as mercadorias no mercado (os sujeitos passam a objeto), quando através do processo de reificação, que se estende as esferas outras da vida política, social, artística e espiritual dos homens, portanto, relações mercantis coisificadas. Ao contrário, como o homem conseguir reconhecimento da sociedade, que só valoriza quem “conquista espaços e dividendos” por meio desta relação (MAYER, 2005, p. 114).

Esse posicionamento tem fundamentação no pensamento de José Paulo Netto, expresso em seu livro “*Capitalismo e reificação*”, publicado em 2015. Nesse, o autor salienta que na sociedade burguesa constituída, as relações sociais tomam um caráter de coisas, portanto, tornam-se coisificadas, reificadas, ao mesmo tempo em que coisas se tornam autônomas, independentes. Nesse processo, portanto,

O caráter de coisa que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das objetivações humanas: elas se coagulam numa prática social que os agentes sociais particulares não conectam à natureza e não reconhecem como sua. O fetichismo da mercadoria passa a ser o fetichismo de todo o intercambio humano. (NETTO, 2015, p. 116).

Nesse sentido, Marx (2010) salienta que o ser humano é um ser genérico e o trabalho estranhado faz com ele se torne um ser estranho a ele mesmo, tanto da natureza fora dele, como em sua própria essência espiritual e humana. Com isso, o ser humano estranha o seu semelhante, pois a relação de estranhamento dele com o seu produto e dele consigo mesmo, se expressa na relação dele com o outro ser humano. Ou seja: “O estranhamento do homem, em geral toda a relação na qual o homem está diante de si mesmo, é primeiramente efetivado, se expressa, na relação em que o homem está para com o outro homem” (MARX, 2010, p. 86).

Nesse sentido, o trabalho não causa nenhuma satisfação ao trabalhador, torna-se algo pressionado, alheio à sua vontade. O trabalhador não se identifica com o produto de sua atividade e o trabalho já não mais se constitui para a satisfação das necessidades subjetivas, mas para satisfação externas a ele. Assim, o trabalhador vive numa condição desumana, numa condição de máquina e essa relação se torna estranhada, fazendo com que o trabalhador encare o trabalho como um martírio, ou seja, “O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação” (MARX, 2010, p. 83).

Marx, portanto, salienta que nada pode acrescentar de positivo o sistema econômico em geral, pois os únicos movimentos advindos dela são a concorrência, a ganância e a guerra entre os gananciosos. Ou seja:

[...] temos, portanto, de conceber a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância, a separação de trabalho, capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo este estranhamento (*entfremdung*) como o sistema de dinheiro (MARX, 2010, p. 80).

Desse modo, ao observar as conexões que fundamentam o modo de produção capitalista, o autor desvela que “O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo ao trabalhador como uma mercadoria, isto é na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (MARX, 2010, p. 80).

Assim, ele pode afirmar que o trabalhador quanto mais produz, mais se torna uma mercadoria desvalorizada, ao mesmo tempo em que a produção se eleva em poder e extensão. Isso porque, nota que o trabalhador produz riquezas, mas não se apropria dela, pelo contrário, se torna cada vez mais pobre, quanto mais riqueza produz (MARX, 2010).

Além disso, destaca que ao mesmo tempo em que as mercadorias, as coisas, são supervalorizadas, tem-se diretamente a desefetivação do ser social, isto é, o trabalho, antes condição essencial para o desenvolvimento humano, torna-se meio para tal. O que provoca a desumanização do ser, de forma que este chega a condição de miséria material e cultural, tanto pela subtração dos objetos e instrumentos de trabalho, como, conseqüentemente, dos produtos produzidos, elementos fundamentais para a sua sobrevivência (MARX, 2010).

As manifestações dessa desefetivação se manifestam no corpo físico e mental do ser social singular, logo não se trata de vinculá-los como sintomas de origens individuais, frequentemente remetidas às explicações psicologizantes e de responsabilização individual. Essas manifestações devem sim ser observadas enquanto sintomas que se manifestam em indivíduos, mas, cujas origens se remetem as condições materiais próprias do modo de produção capitalista.

Desse modo, pensar a formação e o desenvolvimento do ser social, elementos abordados até aqui, possibilitam tecer alguns aproximações ao fenômeno do *suicídio* a partir do entendimento de que esse não se restringe a delimitação hegemônica que o considera como manifestação do adoecimento profundo do indivíduo, cabendo a essa esfera o tratamento e enfrentamento. Mas sim, além dessa aparência, entendendo-o como fenômeno de conexão direta com o processo de reificação da sociedade capitalista, como será tratado no capítulo à seguir.

3 O SUICÍDIO COMO FENÔMENO SOCIAL

Esse capítulo elenca um conjunto de elementos para dar partida na reflexão acerca do *suicídio*, observando-o enquanto um fenômeno social inserido na totalidade da sociedade capitalista. Para isso, aponta algumas mediações que se entrepõe, de forma contraditória, ou seja, não linear, a essa manifestação do comportamento humano. Essa imersão se dará a partir do acúmulo do capítulo anterior, adensado a reflexões dos autores Sérgio Lessa, Mauro Luiz Iasi e Marcia Malcher Santos, a fim de refletir sobre a incidência desse fenômeno.

De forma central, além do arcabouço acumulado, faz-se uso da contribuição do teórico Karl Marx expressa nos manuscritos “Sobre o Suicídio”². Esse foi escrito em 1846, apresentando suas reflexões acerca da análise de Jacques Peuchet, um monarquista francês, policial do departamento de administração de polícia da França – que curioso com o número alarmante de casos de *suicídios* registrados pelo departamento, decidiu analisá-los. Considerando a análise de Peuchet, Marx conclui que o número elevado de casos de *suicídios*, embora considerado normal, simboliza uma organização falha da sociedade.

Isso porque, defende Marx (2006, p. 23) que “O número anual dos *suicídios*, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica deve ser considerado um sintoma da organização deficiente de nossa sociedade”. Além disso, aponta que os arquivos da prefeitura de polícia de Paris revelam que os casos de *suicídios* tendem a crescer e assumir um caráter epidêmico nos períodos de invernos rigorosos, crises na indústria, elevação do custo de vida – momentos em que os índices de prostituição e furtos também se destacam.

Assim, os dados do boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde brasileiro (2017), ratificam os argumentos de Marx, afirmando que o *suicídio* se destaca e se desenvolve de forma progressiva em momentos de crise. Por sua vez, a OMS, em seu relatório anual World Health Statistics 2017, também ratifica essa

²“O presente ensaio de Marx foi originalmente impresso no *Gesellschaftsspiegel* (‘espelho da sociedade’), Órgão de Representação das Classes Populares Despossuídas e de Análise da Situação Social Atual (ano II, número VII, Elberfeldt, janeiro de 1846). Enquanto o autor viveu, o texto não teve outra edição” (JINKINGS, 2006, p. 8).

estatística, estimando que a cada 40 segundos suicida-se uma pessoa no mundo, calculando-se que em médio prazo o número de *suicídio* exceda a milhão por ano.

Marx então aponta que a diversidade das causas de *suicídio* parece fugir à crítica moralista, não despertando o interesse em investigar, em apurar o real motivo que leva a esse fenômeno. Ilustrando tal afirmação, relata algumas histórias, cuja primeira é de dois jovens, um açougueiro e uma costureira, que se rendem à paixão na noite pré-nupcial, fugindo às regras da época e ao retornar a casa no dia seguinte, a jovem foi questionada pelos pais sobre seus “valores éticos e morais”, mediante a um tratamento de injúrias e difamação. Diante do sentimento de vergonha, advindo de tal cena e de tamanha opressão, a jovem se jogou ao rio Sena, aonde veio a óbito por afogamento. Esse exemplo, para o autor, expressa o poder de dominação dos pais sobre a filha, quando a atitude da jovem foge aos padrões impostos pela sociedade (MARX, 2006).

Outro caso de *suicídio* por afogamento, também sucedido no mesmo ano, foi o caso de uma jovem, casada, seu marido também jovem, tornou-se enfermo e tendo a sua imagem desfigurada pela enfermidade, tornou-se depressivo e ciumento, submetendo à esposa ao isolamento. Diante do ciúme e dos maus tratos do marido, a jovem não suportou e deu cabo à própria vida. Nesse caso, Marx compara o marido a um senhor de escravos, mantendo a esposa como uma propriedade privada, cujo *suicídio* foi um ato de libertação, porém, “praticado” pelo esposo. “O ciumento necessita de um escravo; o ciumento pode amar, mas o amor é para ele apenas um sentimento extravagante; o ciumento é antes de tudo um proprietário privado” (MARX, 2006, p. 41).

O terceiro caso de *suicídio* e não menos impactante, relata a história, também de uma jovem órfã que, abusada pelo marido de sua tia, um banqueiro parisiense, engravidou e procurando um médico para uma tentativa de aborto, relatou que havia o desejo de se suicidar, mas foi aconselhada a procurá-lo antes. Ela relatou que não poderia sustentar aquela gravidez, cujo motivo não podia revelar, mas seria desonrada, caso a gravidez viesse a público. Com a resposta insatisfatória do médico, a jovem se retirou e quinze dias depois, popularizou a notícia que ela havia cometido o *suicídio* por afogamento. Esse caso faz com que Marx observe que o *suicídio* não é primeiro desejo de fuga, a pessoa que se

encontra em situação de desespero, antes, busca outras saídas. “Vê-se que, na ausência de algo melhor, o suicídio é o último recurso contra os males da vida privada” (MARX, 2006, p. 48).

O último caso relata a história de um homem, que após a redução do quadro de funcionários da casa do rei, foi demitido de sua função e não conseguindo se recolocar ao mercado de trabalho caiu-se em profunda tristeza, dando cabo à própria vida. Em seu bolso foi encontrado um bilhete relatando que ele não podia continuar vivendo à custa de sua esposa, uma costureira, e de suas duas filhas adolescentes que trabalhavam com ela. Que não podendo ser útil à sua família, acreditava que seria sua obrigação dar cabo a própria vida, aliviando-a, assim, da sobrecarga (MARX, 2006).

Baseado nos fatos descritos, Marx (2006) aponta que não se pode observar os casos de forma isolada, pois é preciso compreender que o *suicídio* é um fenômeno de origem estrutural. Nesse sentido, defende que a correlação entre os casos é o sentimento de “esgotamento emocional”, de desespero e desamparo. Assim, observa que o *suicídio* coloca-se como uma alternativa de resolução, posteriormente, a não encontrar saídas para os males de suas vidas privadas. Isto é, o *suicídio* coloca-se como possibilidade de fuga contra a exploração e opressão, cujos fatores e mediações são distintos.

Além disso, Marx observa que, embora as mazelas sociais sejam as causas mais evidentes dos *suicídios*, situa que não se trata de um fenômeno expresso somente na classe trabalhadora, mas em todas as classes sociais. Ou seja, ele afirma que “Embora a miséria seja a maior causa do *suicídio*, encontramos-lo em todas as classes, tanto entre os ricos ociosos como entre artistas e os políticos. A diversidade das causas parece escapar à censura uniforme dos moralistas [...] está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios [...]” (MARX, 2006, p.24).

Entretanto, observar esses aspectos não significa imergir em uma discussão frágil acerca da “felicidade”. Nesse seguimento, Marx pontua que entender o fenômeno do *suicídio* por um viés filosófico é atropelar as tendências da

sociedade capitalista, que está vinculada a esse fenômeno, levando as pessoas a crerem no nada, procurando a tranquilidade do nada.

As 'saídas' filosóficas não têm, a seus olhos, nenhum valor e são um débil lenitivo contra o sofrimento. Antes de tudo, é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consoma com tanta frequência; o suicídio não é, de modo algum, antinatural, pois diariamente somos suas testemunhas (MARX, 2006, p. 36).

Considerado as palavras de Marx, enxergar o *suicídio* por vieses filosóficos é uma tentativa grosseira de amenizar o sofrimento alheio, desnaturalizando o que é natural. Além disso, é inconcebível considerar antinatural um comportamento que é muito recorrente. Logo, todo argumento contrário ao *suicídio*, gira em torno de um argumento uniforme, contrapondo os desígnios das providências, quando a própria existência do suicido legitima o protesto contra esses desígnios evidentes, frutos de uma sociedade adoecida.

Diante ao exposto, nota-se que Marx busca no modo de produção capitalista o fio condutor para a reprodução do fenômeno do *suicídio*. Isso porque, entendendo que a humanidade se constituiu e evoluiu através da mediação do trabalho, o capitalismo não contempla o ser humano, nem como um ser genérico, constituído por um conjunto de objetivações e de ações que determinam a sua existência, muito menos como ser singular. Assim, uma vez herdado a propriedade privada e a emergência da mercadoria como um dos principais pilares das relações de produção, tem-se a proliferação da reificação como fenômeno que impacta sobre a humanidade promovendo sua degradação.

Assim, o autor nos esclarece que o *suicídio* é inerente à sociedade capitalista, pois considera ser de sua natureza produzir e reproduzir esse fenômeno. Onde muito se é cobrado, falando de deveres para com essa sociedade, quando os direitos dos cidadãos não são legitimados, não são efetivados e a subjetividade alheia não tem relevância. Acerca disso, de acordo com Marx [1846], a sociedade impõe uma lógica de ajustamento do sujeito, onde as agruras devem ser controladas e dominadas, ao invés de suprimidas. Assim, os discursos sobre o suicido são sempre incorporados à culpabilização do sujeito que comete tal ato, ou seja: “[...] faze-se do suicídio um ato de covardia, um crime contra as leis, a sociedade e a honra” (MARX, 2006, p. 26).

Quando, de fato, ele defende, o ato do *suicídio* é o último “recurso” em que o sujeito recorre numa tentativa de aliviar o sofrimento ocasionado pela sociabilidade tangida pela exploração de classe e pelas opressões diversas. Ou seja, “A classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos próprios defeitos da sociedade” (MARX, 2006, p. 27), pois, “[...] Não é com insultos aos mortos que se enfrenta uma questão tão controversa” (MARX, 2006, p. 44).

Nesse sentido, Marx (2006, p. 26), questiona: “As medidas infantis e atrozes que foram inventadas conseguiram combater vitoriosamente as tentações do desespero?” Marx ilustra que as alternativas idealizadas não combateram as motivações que levam a angustia das pessoas, não impediram que a sociedade avançasse na reprodução de fatores inerentes ao sentimento de desespero, de desamparo, de esgotamento emocional, etc. Tais alternativas, ele argumenta, fazem um movimento contrário, colocando os sujeitos como agentes de seu desespero e do próprio ato do *suicídio*. Quando, de fato, a sociedade, que ele expõe como “predadora”, produz e reproduz elementos capazes de drenar a subjetividade alheia, levando as pessoas a buscarem saídas, tendo o *suicídio* como a única alternativa.

Diante disso, de acordo com Marx, conclui-se que o modo de produção capitalista nega toda subjetividade alheia, fazendo com que o sentido da vida perca os seus contornos, levando ao ser humano ao desejo de *suicídio*. Visto que, o ser humano não mais produz no coletivo, visando à satisfação de suas próprias necessidades, tampouco a produção é compartilhada entre os produtores. Logo, o produtor não se apropria de sua produção e não mais se reconhece no produto de sua atividade.

Ou seja, o modo de produção capitalista transformou o ser humano num objeto, numa mercadoria, passiva de compra e venda, onde esse deixou de pertencer seu mundo interior, deixou de pertencer a si mesmo, distanciando-se do gênero humano e impossibilitando sua individuação. Assim, a humanidade fica à mercê de uma violência cometida pela própria estrutura social, pelas relações de poder e dominação, que fragilizam as relações sociais, fazendo com que a mesma humanidade que produz a vida, não usufrua dela.

Logo, identificando tais alternativas contrárias à realidade vivida nessa sociedade, Marx (2006, p. 28) afirma: “Descobri que, sem uma reforma total da ordem social de nosso tempo, todas as tentativas de mudança seriam inúteis”. Portanto, salienta que o índice elevado de *suicídio*, advindo de causas diversas, corresponde ao sintoma de uma sociedade doente, onde seus componentes levam as pessoas tomar o *suicídio* como a única alternativa de fuga para o sofrimento.

Nesse sentido, cabe lembrar as informações do boletim 426 do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que comungam com os argumentos de Marx:

A razões que levam uma pessoa a tirar a própria vida são complexas e diversas. A perda de laços de solidariedade familiar e social em geral, a falta de perspectivas de realização pessoal, a vergonha pelo desemprego, por insucessos, dívidas e outros fatores levam à depressão e ao desespero, à antessala do suicídio. Os números apontados refletem a tendência de adoecimento mental geral por que passa a sociedade, esmagada pela falta de empregos, de escola e de condições dignas de vida, situação imposta pelo desenvolvimento desigual e excludente que caracteriza o capitalismo [...]. A busca de saídas individuais, do sucesso pela competição entre pessoas levada a extremos, da autoafirmação pelo menosprezo a minorias étnicas, religiosas e sociais, contida no discurso conservador dominante, têm grande força ideológica (PCB, 2018).

Dessa forma, destaca-se que o fenômeno do *suicídio* está presente em todas as classes sociais, se expressando como um sintoma de uma sociedade adoecida que nega a subjetividade alheia. Nesse sentido, o ser humano não mais pertence a si, não mais pertence a seu gênero humano, ele se sente estranhado perante as hierarquias impostas pela sociedade e perante a si mesmo, assim como perante seu semelhante, afetando as relações sociais. Ou seja, tais comportamentos sintetizam no processo de degradação e desumanização do ser humano, cujo *suicídio* expressa a fuga das hierarquias impostas pela sociedade adoecida.

O *suicídio*, portanto, é inerente à sociedade capitalista, é de sua natureza produzir e reproduzir esse fenômeno. Assim, Marx ressalta que as relações entre as pessoas são fragilizadas, cujos interesses e ânimos não se congregam, predominando a relação de poder e de dominação. Nesse bojo, afirma que o *suicídio* é só mais uma expressão de luta, uma estratégia de combate. Como se pode observar:

As relações entre os interesses e os ânimos, as verdadeiras relações entre os indivíduos ainda estão para ser criadas entre nós inteiramente, e o **suicídio não é mais do que um entre os mil e um sintomas da luta**

social geral, sempre percebida em fatos recentes, da qual tantos combatentes se retiram porque estão cansados de serem contados entre as **vítimas** ou porque se insurgem contra a ideia de assumir um lugar honroso entre os **carrascos** (MARX, 2006, p. 29, grifos nossos).

Nesse sentido, as afirmativas de Marx nos leva refletir sobre o *suicídio*, pensado como sintoma de uma luta social, onde os sujeitos cansados de pleitearem por uma modificação se retiram da luta, como forma de se apartar da condição de vida que lhe é imposta.

Acerca disso, Márcia Melcherr dos Santos, em seu artigo, “*A praça e parlamento: sobre o suicídio e a emancipação humana em Marx*”, publicado em 2013, discorre sobre a morte do senhor Dimitris Christoulas, de setenta e sete anos de idade, que, afetado pelo desemprego, cometeu suicídio na praça Syntagma, em Atenas, na Grécia³, em 04 de abril de 2012. Ela relata que em seu bolso foi encontrado um bilhete onde ele afirmava não conseguir sobreviver com a pensão que recebia e não via outra solução, ao não ser dar cabo a própria vida pra não ser obrigado a revirar o lixo. Acerca desse relato, Santos sinaliza:

O suicídio de Christoulas é uma recusa a revirar o lixo para manter o seu sustento, é a recusa em “deixar-se enterrar”. Mais do que isso, é uma recusa a uma existência inautêntica, negada, parcial [...] O bilhete do aposentado que faz referência à luta armada prevê uma atitude que sintetiza o anseio por uma transformação radical (SANTOS, 2013, p.127).

Nesse sentido, Santos afirma que a morte de Dimitris Christoulas sintetiza a situação do trabalhador no capitalismo contemporâneo, bem como o seu empobrecimento. Se apropriando das palavras de Marx, a autora sinaliza que o empobrecimento do trabalhador enquanto mercadoria vai para além do material, ele também se empobrece no que tange a seu mundo interior, deixando de existir para si e passando a atender apenas as necessidades do capital. Ou seja:

[...] o empobrecimento do trabalhador enquanto mercadoria não se esgota na pobreza estritamente material, mas também, ao mesmo tempo recai no que se refere ao seu mundo interior, ao nível de interiorização/subjetivação da divisão do ser social, da obstrução de realização de si próprio, do estranhamento de si para si (SANTOS, 2013, p. 127).

³ A Grécia sofre os impactos da crise internacional de 2008, sendo que em 2012, “Um quarto dos trabalhadores gregos estão desempregados - um índice que atinge 50% quando considerados apenas a população economicamente ativa com menos de 25 anos, de acordo com dados oficiais. O Fundo Monetário Internacional e a União Europeia adotaram medidas para supostamente resgatar a economia grega, cujo Produto Interno Bruto (PIB) caiu quase 7% em 2011, que pioraram a situação social. Há protestos diários na capital Atenas, muitos dos quais acabam em confrontos violentos com a polícia” (PESCHANSKI, 2018).

Por outro lado, ou seja, além de se expressar como comportamento da “vítima”, Marx chama a atenção de que o *suicídio* é, também, uma forma de protesto contra o projeto de vida capitalista, que falsamente oferece um modelo de êxito existencial, porém, em essência lhe apresenta como um mecanismo na contramão da vida, colocando o sujeito numa condição anti-humana, levando-o a pulsão de morte.

Acerca disso, observa-se que nos países considerados mais felizes, em que se destacam no ranking da “prosperidade”, como trabalho, moradia, saúde, lazer, educação, etc. apresentam o índice de suicídio elevado. O que é confirmado pelos dados do estudo “*Dark Contrasts: The Paradox of High Rates of Suicide in Happy Places*” (*Contrastes obscuros: o paradoxo dos altos índices de suicídio em lugares felizes*), elaborado por pesquisadores britânicos da Universidade de Warwick e pelos norte-americanos da Hamilton College e Universidade de São Francisco, em de 2011 (ALETEIA, 2018).

Esses pesquisadores concluem que “[...] os países mais destacados na “lista da prosperidade” eram, ao mesmo tempo, os que apresentavam os índices mais altos de suicídio”, que são os eram, em ordem decrescente, a Noruega, a Dinamarca, a Finlândia, a Austrália, a Nova Zelândia, a Suécia, o Canadá, a Suíça, os Países Baixos e os Estados Unidos⁴. A motivação atribuída ao alto índice de *suicídio* vai além dos historicamente elencados – como as escassas horas de luz solar no inverno e as diferenças culturais em relação ao modo de conceber a vida –, pois, é defendido que “[...] a felicidade alheia seria um fator de risco para as pessoas de baixa autoestima, descontentes por viver em lugares onde o resto dos indivíduos demonstra mais felicidade do que elas” (ALETEIA, 2018).

Ainda no que tange à pulsão de morte nesse seguimento, destaca-se o caso do magnata alemão Adolf Merckle, 74 anos, que no dia 05 de janeiro de 2009, suicidou em um trilho de trem na cidade de Blaubeuren, ao sul da Alemanha. O motivo atribuído a morte do empresário é o prejuízos estimados em US\$ 1,5 bilhão

⁴ O “Índice de Prosperidade” é elaborado pelo Instituto Legatum, de Londres, que classifica os 110 países “mais felizes do mundo” (ALETEIA, 2018).

com a crise internacional de 2008⁵ e a sensação de fracasso por ter sua imagem comercial abalada no cenário empresarial. Cabe salientar que, apesar disso, ele ainda possuía o patrimônio avaliado em cerca de US\$ 9,2 bilhões – o que o colocava entre os cem homens mais ricos do planeta, segundo a Forbes (ISTO É, 2018).

Acerca disso, Sérgio Lessa reafirma os argumentos de Santos, em seu artigo “*Trabalho, sociabilidade e individualização*”, publicado em 2006. O autor afirma que a capitalismo representa uma sociedade do descartável, onde o agir humano não tem representatividade, a não ser mediante a produção de mercadorias. Logo, devido a essa condição, as relações sociais se efetivam na contramão da vontade humana, onde as pessoas se relacionam somente pela mediação da mercadoria. Nesse processo, argumenta o autor, a desumanização do capitalismo não se expressa unicamente na desigualdade social, ela se representa na subtração do espaço humano, portanto,

[...] tudo aquilo que é humano e não pode ser convertido em fonte de lucro, está excluído da sociedade. O capitalismo é o lar das mercadorias, não das pessoas humanas [...] os humanos criaram uma criatura que não apenas os domina, mas também os oprime; não apenas os oprime, mas, pior ainda, os destrói (LESSA, 2006, p. 241).

Nesse seguimento, Mauro Luís Iasi, em seu artigo “*O problema da emancipação humana*”, publicado em 2002, concorda com os argumentos de Lessa e Santos, apontando que a mercadoria subtrai do ser humano a sua condição de ser genérico, onde ele não se reconhece como humano e, em consequência disso, também, nas relações que se trava com os seus semelhantes. Nesse processo, o ser humano transfere a sua sociabilidade para algo além de si, alienando-se de si mesmo enquanto um ser genérico, assim, as relações humanas só se efetivam através de mediações advindas de mercadorias. Ou seja: “[...] o indivíduo transforma os outros seres humanos em meios e acaba por degradar a si mesmo como mero meio, transformando-se em ‘joguete’ de poderes estranhos” (IASI, 2002, p.47).

Tendo em vista as determinações observadas, com o auxílio do método histórico-dialético marxista, o entendimento central, portanto, é de que o *suicídio* é

⁵ “Os EUA enfrentam a pior crise desde 1930. Um déficit comercial de 500 bilhões de dólares por ano, um déficit de orçamento público federal de 700 bilhões de dólares” (BRASIL DE FATO, 2018).

uma expressão da luta de classes, logo, trata-se de algo inerente ao modo de produção capitalista, pois é de sua natureza produzir e reproduzir esse fenômeno. Isto é, o comportamento suicida é uma das sínteses do processo de degradação e desumanização do ser humano diante as relações sociais de exploração e opressões dessa sociabilidade, o qual se constitui como uma estratégia de fuga dos indivíduos seja do lugar social de explorado, vítima, ou explorador, carrasco.

Diante ao exposto, pode-se inferir que a reificação expressa a deficiência estrutural da sociedade capitalista da qual é necessário libertar os sujeitos das agruras de uma sociedade predadora e adoecida. Essa tarefa é possível somente através de uma nova ordem societária, o comunismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, se propôs realizar uma análise do *suicídio* dentro do modo de produção capitalista, a partir da perspectiva teórica marxista. Desse modo, efetivou-se uma pesquisa exploratória, apoiada no método histórico-dialético marxista, que possibilitou uma compreensão da realidade a partir da descrição das determinações que compõe a aparência e a essência dos fenômenos.

A proposta, portanto, foi analisar o fenômeno do *suicídio* na contemporaneidade, inscrito nos modo de produção capitalista, elencando algumas reflexões acerca desse fenômeno, o qual, como foi relatado, apresenta um índice elevado, sendo considerado uma epidemia pela OMS. Assim, sabe-se que é um assunto de delicada abordagem, porém, é preciso trazê-lo para o debate, destacando a essência dos fatores que impulsionam a esse ato.

Nesse sentido, reunindo um conjunto de colaborações marxistas, efetivou-se a aproximação, bem como a compreensão sucessiva, do real. Isso, partindo da análise dos fundamentos da constituição do ser social, em que a espécie humana é entendida como um ser genérico, advindo e vivente da natureza, que, a partir do trabalho, da linguagem e da cooperação, se desenvolve, deixando de ter apenas uma constituição natural e adensando a si uma dimensão social. O que torna possível afirmar, inclusive, que o trabalho criou a humanidade.

Isto é, ainda que o ser humano tenha evoluído, ele permanece na natureza num processo contínuo, pois ela é a condição fundamental para a manutenção de sua sobrevivência. Nesse processo, toda a sua condição física e mental está conectada à natureza, ou seja, a natureza é o corpo da humanidade e a humanidade é parte dela. A natureza, portanto, existe independente da intervenção da espécie humana, porém, o ser humano cria uma relação de dependência com ela.

Diante a essa compreensão, a história do ser social se modifica a partir do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das diferentes relações sociais. Essas evoluções convergem em diferentes modos de produção – primitivismo, escravismo e feudalismo – nos quais se desenvolvem a divisão social

do trabalho e o excedente econômico, bem como a propriedade privada, que são fundamentos da sociedade capitalista. Diante dessas transformações, o trabalho, que é o criador da humanidade, deixa de se constituir para a satisfação das necessidades humanas. Isso, porque, ele deixa de ser entendido como atividade vital, pois se manifesta unicamente como um meio de sobrevivência, ou seja, torna-se somente um meio para a manutenção da existência física individual, deixando de realizar a vida produtiva como vida genérica, logo, a vida genérica se expressa apenas como meio de vida.

Desse modo, a divisão social do trabalho, o excedente econômico e a propriedade privada, são elementos que possibilitaram um conjunto de transformações na sociedade. A propriedade privada promoveu a separação do produtor dos meios de produção e, conseqüentemente, transformou o ser humano numa mercadoria, passiva de compra e venda, onde o ser humano se sente estranhado no produto de sua produção, afetando, principalmente, as relações sociais. Esse processo de estranhamento subtrai o trabalhador de sua condição humana, promovendo a desvinculação dele com o seu produto, assim, quanto mais ele produz, mais pobre ele fica, tanto materialmente, quanto espiritualmente.

Nessa relação, moldada pelo modo produção capitalista, o ser humano se aliena em relação ao trabalho e o produto de sua atividade, ele não mais domina as etapas do processo de produção e as relações sociais que estão por trás da mercadoria, tornam-se ocultadas, fetichizadas. Assim, o caráter social do trabalho é ocultado e o seu produto passa a ter domínio sobre o trabalhador, ou seja, no capitalismo, a mercadoria exerce controle sobre o produtor, sendo força que lhe é superior.

Esse poder da mercadoria, enquanto célula fundamental do capitalismo, expressa uma relação invertida, em que a relação entre pessoas são transformadas em coisas e as relações entre coisas tomam caráter próprio, sobrenatural, alheio a seu produtor. Isto é, ocorre a coisificação das relações sociais caracterizada pelo processo de reificação, que está presente em todos os espaços da sociabilidade capitalista.

Essa apreensão acerca da formação do ser social, bem como suas particularidades no modo de produção capitalista, possibilitou o adensamento para a análise do *suicídio* enquanto um fenômeno social, que se expande na contemporaneidade. Observou-se a manifestação do *suicídio* a partir dos dados coletados dos boletins e relatórios estatísticos, casos verídicos e pesquisas científicas. Acerca dos quais, pode-se inferir que a forma como o trabalho é organizado e conduzido no modo de produção capitalista, leva o ser humano ao sentimento de agruras, fazendo com que ele desista da própria vida, ou seja, o suicido é um naturalmente um fruto do capitalismo, do processo de reificação da humanidade.

A sociedade capitalista, portanto, tem como tendência dominar a consciência alheia, subtraindo do ser humano a capacidade de se reconhecer como um ser genérico e reconhecer o seu verdadeiro papel na sociedade. Assim, o fenômeno do *suicídio* está presente em todas as classes sociais, expressando o descarte e a desqualificação acentuada do ser humano, que está imerso em relações de poder, seja de exploração de sua força de trabalho, seja de opressão expressa pela dominação pela família, pelo sexo, etc.

Desse modo, podemos evidenciar que o ato do *suicídio* representa a recusa às hierarquias impostas pela sociedade capitalista e às exigências advindas do sistema de organização social, em suma, uma fuga às relações de poder. O *suicídio*, toda via, deriva da luta social, onde o sujeito cansando de empregar esforços para se enquadrar às regras impostas, se retira do combate, finaliza a própria vida.

Nesse enfoque, conclui-se que a sociedade capitalista produz e reproduz elementos capazes de drenar a subjetividade individual, onde a humanidade fica à mercê de uma violência estrutural, originada nas relações de exploração e dominação, que fragiliza as relações sociais e impede o usufruto pleno da vida que ela mesma produz. Assim, o ser humano distancia-se da sua condição genérica, visto que o mesmo trabalho que o funda enquanto ser social, o leva a desumanização na sociedade capitalista, a desefetivação.

Diante a esse conjunto de contribuições, cabe salientar, que esse trabalho não tem a pretensão de trazer respostas para as questões abordadas. Pretende-se sim que alargar a discussão que busca analisar e refletir sobre o *suicídio* como um fenômeno social e suas particularidades no modo de produção capitalista. Logo, tem-se, a priori, a recusa diante ao entendimento do *suicídio* enquanto um ato de individualismo exacerbado ou responsabilidade do suicida, rejeitando assim as abordagens que negam a preponderância da vida material como gênese desse comportamento.

Nesse sentido, queremos aqui sinalizar algumas das possibilidades de continuação dessa pesquisa, vislumbrando o aprofundamento do estudo sobre a relação entre o *suicídio* e o processo de desefetivação do ser social. Isso, com vistas a compreender o real movimento e mecanismos da realidade, e, através dessa captura, possibilitar intervenções que sejam voltadas para o cenário “não desvelado” do fenômeno do *suicídio*, visando a construção de uma real emancipação da humanidade. Para isso, é importante observar o comportamento suicida relacionando-o as condições de vida que particularizam os indivíduos na sociedade de classes capitalista, como o desemprego, a precarização do processo de trabalho, o sexismo, o racismo, a lgbtfobia, bem como todas as especificidades que impedem com que os seres humanos sejam, como sabiamente nos colocou Rosa Luxemburgo, “*socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres*”.

REFERENCIAS

ALETEIA. **O grande paradoxo: índice de suicídios nos países considerados “mais felizes”**. 2016. Disponível em: <<https://pt.aleteia.org/2016/03/07/o-grande-paradoxo-indice-de-suicidios-e-maior-nos-paises-considerados-mais-felizes/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

ANDRADE, Lucas Silva; ANDRADE, Vera Lúcia Ângelo; ANTUNES, Guilherme Cafure; CASTRO, Mariana Parreiras Reis de; MARCON, Livia Maria Pacelli; RÜCKL, Sarah. Eutanásia e suicídio assistido em países ocidentais: revisão sistemática. **Revista Bioética**, Brasília, vol. 24, n. 2, mai./ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422016000200355&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 jun. 2018.

BARRADAS, Maria. OMS: **Suicidam-se por ano 800 mil pessoas**. Euronews, Mundo, 18/05/2018. Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2017/05/18/oms-suicidam-se-por-ano-800-mil-pessoas>>. Acessado em 20 Fev.2018.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL DE FATO. **A CRISE INTERNACIONAL DO CAPITALISMO E O BRASIL**. Brasil de Fato, 11/08/2011. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/7090/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. 1ª ed. Neue Zeit, 1896. Traduzido do espanhol. Trad. José Braz. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

GIL, Antonio Carlos Gil. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IASI, Mauro Luís. O problema da emancipação humana. **Plural**, São Paulo, USP, n. 9, p. 43-71, 2º sem. 2002.

ISTO É. **O que leva um bilionário ao suicídio?** 14/01/09. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20090114/que-leva-bilionario-suicidio/11203>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

JINKINGS, Ivana. Apresentação. In: MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2016.

LESSA, Sérgio. Trabalho, sociabilidade e individualização. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 231-246, 2006.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social**. Trad. Nélcio Schnaider, Ivo Tonet e Reginaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri.-4ª.ed.- São Paulo: Boitempo, 2010.

MAYER, André Monteiro. A “reificação” na contemporaneidade – esboço introdutório de uma apreciação crítica. **Revista Científica da Faminas**, Muriaé, v. 1, n. 3, set./dez. 2005.

MDS. Ministério da Saúde. Secretária de vigilância em saúde. **Boletim Epidemiológico Suicídio**. Saber, agir e prevenir, v.48, n. 30, 2017. Disponível em: <<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfil-epidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atencao-a-saude.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez 2009.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo e método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Prevenção del suicídio**: un imperativo global. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/world_report_2014/en/>. Acesso em: 25 mai. 2018.

PCB. Partido Comunista Brasileiro. **Suicídio cresce no Brasil**. Olhar Comunista Nº 426, 01/10/2017. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/16327/suicidio-cresce-no-brasil>>. Acessado em: 25 jun. 2018.

PESCHANSKI, João Alexandre. **A Grécia tem de sair do euro e declarar a moratória da dívida**. Brasil de Fato, 18/05/2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/9579/>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SANTOS, Márcia Malcher. A praça e o parlamento: sobre o suicido e a emancipação em Marx. **Revista espaço acadêmico** - nº 147- Agosto de 2013.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Faculdade de Serviço Social



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **“O SUICÍDIO NA CONTEMPORANEIDADE”** de autoria da(o) estudante **Marlene Albergaria**, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Prof.ª Me. Raquel Mota Mascarenhas
Orientador/a

Mariana, 18 de julho de 2018.